

ATA DA 97ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de 2002 sob a presidência do Capitão-de-Mar-Guerra PEDRO TKOTZ NETO reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina, com a presença dos Conselheiros Armando Ribeiro Moreira, Osiris Stenghel Guimarães, Carlos Alberto Silveira Calvo, José Silvio Gori, Mauro Fontoura Marder, Carlos Roberto Frísoli, Jorge Tacla, Wilson Morais da Silva, Airtton Galinari, Adriano Gustavo Vidal, José Carlos Possas, José Roberto Almeida Corrêa, Orsival Francisco, João Gilberto Cominese Freire.

Abertura da Reunião: O Sr. Presidente abriu os trabalhos dando boas vindas aos Conselheiros e manifestando seu desejo, diante do recorde de nova safra de grãos, que o Porto de Paranaguá repita o bom desempenho do ano anterior. Depois recebeu o Delegado da Receita Federal e futuro Coordenador do PROHAGE, Sr. Marco Antônio Franco.

Aprovação da Ata: Submetida a discussão a 96ª Ata referente a última Reunião Ordinária foi aprovada por unanimidade.

Expediente Justificativa de Ausência: José Carlos Gomes Carvalho, Luiz Ivan de Vasconcellos.

Posse no CAP - Foram reconduzidos, no Bloco do Poder Público: Osiris Stenghel Guimarães, como representante titular do Governo do Estado, designado pela Portaria nº 413 de 13 de novembro de 2001 publicada no Diário oficial da União de 14/11/01; Mário Manoel das Dores Roque, Titular e Leopoldino de Abreu Neto, Suplente, como representantes do Município, designados pela Portaria nº 031 de 17/01/2002, publicada no Diário Oficial da União de 18/01/02; no Bloco dos Operadores Portuários, Michael Martins da Silva- Suplente, como representante dos Armadores, designado pela Portaria nº 54 de 31/01/2002 publicada no Diário Oficial da União de 01 de fevereiro de 2002. As Portarias são do Ministério dos Transportes e a designação de todos é para um período de 02 anos.

Operadores Portuários: Estão qualificados **42.**

Fundos da APPA - Saldos apresentados conforme Relatório: FUNMAR : R\$ 2.723.750,97, (janeiro) e R\$ 3.674.014,24 (fevereiro); FUNPORT : R\$ 1.708.735,71 (janeiro) e R\$ 2.077.204,85 (fevereiro); FUNSILO: R\$ 3.411.952,63 (janeiro) e R\$ 3.547.596,98 (fevereiro).

Correspondência Expedida: **Ofício Circular 01/02-CAP de 07/01/02,** ao Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, solicitando o fornecimento de cópias de todos os contratos de Arrendamentos, aditivos e eventuais alterações como também cópia do processo de Pré-Qualificação como Operador Portuário da empresa ALL- América Latina Logística, conforme pedido do Conselheiro Carlos Roberto Frísoli em reunião do CAP. **Ofício nº 02/02-CAP de 04/02/02** dirigido ao Sr. Marco Antônio Franco, da Delegacia da Receita Federal, convidando-o para participar da Reunião Ordinária do CAP, a realizar-se nesta data tendo em vista a necessidade de integração entre o PROHAGE e o CAP. **Ofício nº 03/02-CAP de 04/02/02** ao Sr. Antonio Machado Bastos, Secretário dos Transportes Aquaviários – MT, encaminhando Demonstrativo dos Arrendamentos existentes na APPA. **Ofício nº 04/02-CAP de 14/02/02** aos Senhores Conselheiros confirmando reunião para o dia 27/02/02. **Ofício nº 05/01 – CAP de 21/12/01** aos Conselheiros alterando data de reunião para o dia 28/02/02 com a Ordem do Dia.

Correspondência Recebida: **Ofício nº 013/02 da APPA de 11/01/02** encaminhando, por solicitação do Conselheiro Carlos Roberto Frísoli, Processo de Pré-Qualificação como Operador Portuário da ALL e ainda cópias dos Contratos de Arrendamentos e Aditivos das

áreas portuárias. **Cópia do Ofício da Rocha TOP de 17/01/02** encaminhado ao Secretário dos Transportes Wilson Justus Soares reportando-se sobre áreas na Vila da Madeira e de seu interesse por elas. O mesmo texto desta correspondência foi enviado à Secretaria Estado da Administração. **Ofício nº 031/02 de 27/02/02** da Delegacia Federal de Agricultura no Paraná comunicando que assumiu a chefia do Serviço de Vigilância Agropecuária em Paranaguá o Sr. José Albino Gonçalves Neto colocando-se à disposição do CAP na Rua Manoel Bonifácio nº 309 - 2º andar - tel. 423-2255. **PROHAGE**: o Sr. Presidente fez considerações sobre a participação do PROHAGE nas reuniões do CAP dizendo de que forma elas acontecem. Depois passou a palavra ao Sr. Marco Antônio Franco, Delegado da Receita Federal que deverá assumir no próximo dia 5 a sua Coordenação e ele, usando da palavra, disse ser muito importante para a Receita a presença de órgãos que atuam no Porto. Por outro lado considera importante e útil para a integração da Receita com cada um deles a troca de informações. Disse estar à disposição do CAP e está aberto a qualquer tipo de manifestação. O Conselheiro Osiris Stenghel Guimarães quis saber sobre a possibilidade de ser instituído um plantão 24 horas. O Dr. Marco em resposta disse ser favorável a pretensão, porque é uma exigência da legislação esse plantão numa zona primária como é o porto. A presença da Receita deve ser em tempo integral, mas falta gente para que essa implantação aconteça. Disse que está em vias de perder 15 agentes. Depois informou que deverá acontecer um concurso na Receita e que Paranaguá precisa de técnicos. Para implantação do plantão precisará, no mínimo, de mais 8 servidores. O Conselheiro Carlos Roberto Frisoli quis saber sobre as EADIs e foi-lhe respondido que Paranaguá, com certeza terá a sua. Porque se isso demorar poderá inviabilizar o próprio Porto. Como o assunto está dependendo de decisão judicial vai procurar saber em esfera superior se não há uma alternativa para resolver o problema. João Gilberto Cominese Freire historiou a questão jurídica da EAD reportando-se sobre a *Ação Popular* movida por uma senhora desconhecida e a decisão da Juíza substituta, que julgou procedente a *Ação Cautelar* impetrada. O recurso agora, está em Porto Alegre, para decisão. O Conselheiro José Silvio Gori indagou sobre a situação dos alfandegamentos dos Terminais e a resposta é que estão em andamento e as pendências que existem se resolverão se os interessados cumprirem as exigências documentais. **Relatório Gerencial da APPA**. O Sr. Presidente passou a palavra ao Diretor Empresarial da APPA, Lourenço Fregonese, que anunciou que a APPA diante do sucesso e da boa imagem do Porto de Paranaguá até em termos internacionais irá instituir o *Prêmio Empreendedor do Ano* que envolverá 9 categorias e será concedido a partir de critérios, como investimentos realizados, atração de novos clientes e cargas, assiduidade, fidelidade ao Porto, etc. Segundo Fregonese é o primeiro porto a promover essa homenagem e já no próximo dia 15 de março próximo ao aniversário do Porto, acontecerá uma solenidade no Hotel Camboa indicando os primeiros homenageados. Para esse evento convidou todos os Conselheiros para participar. Em seguida foi feito o Relatório Gerencial relativo ao mês de janeiro/2002 - Carga Geral, 350.803 toneladas destaques para madeira, congelados e açúcar. Granéis 817.019 toneladas destaques para soja, fertilizantes, farelo, açúcar e milho. Caminhões no Pátio. 7.527. Navios no Porto, 135. Contêineres 20.043 TEU. Veículos exportados 1302. Veículos Importados 727. Tempos de Espera de Navios. Carga Geral, Fertilizantes, Full-Containeres e Corredor,

zero dias. Porto de Antonina: Movimentação 6452 toneladas de madeira. Sobre os números apresentados o Conselheiro Osiris Stenghel Guimarães, após colocar-se à disposição do Conselho disse que, neste ano, o volume movimentado é bem menor que o do exercício anterior, mas, espera que seja recuperado nos próximos meses. Depois referiu-se a queda na movimentação de contêineres que caiu de 42 mil no ano passado para 36 mil no mesmo período. Disse que a boa movimentação do milho é decorrente do que sobrou da safra anterior. Referiu-se ao alfandegamento dos Terminais e de seu retardo, que é decorrente da necessidade de uma *Declaração Liberatória* da Prefeitura, nos casos em que as "fitas" estão colocadas sobre as vias públicas. Completou dizendo que nos casos em que as correias se situam dentro da área do Porto reivindicou do Delegado da Receita que o Porto forneça a Declaração e Liberação o que está sendo analisado pela Receita. O Conselheiro Osiris Stenghel manifestou seu desgosto sobre o entendimento da Receita Federal, manifestado através de um Fiscal fazendo seu trabalho no Porto, que pretende que a APPA, que é uma Autarquia Estadual, faça também sua contabilidade de acordo com os padrões exigidos para a atividade privada e que o Porto pode ser intimado a recolher ^{para Receita Federal} sobre o lucro presumido do faturamento total. Na sua opinião para que o Porto não tenha que provar a questão do lucro vai ter de agir a nível de Ministérios e mostrar que esse entendimento é descabido. O Conselheiro João Gilberto Cominese Freire fez algumas considerações estatísticas a respeito da movimentação de contêineres nos Portos de Itajaí, São Francisco e Paranaguá demonstrando que Itajaí movimentou mais que Paranaguá. Em aparte o Conselheiro Mauro Fontoura Marder disse que 70% da movimentação de Itajaí é de contêineres vazios. No caso de Paranaguá o forte da carga em contêineres está ligada a indústria automobilística, cujas empresas, em janeiro, deram férias aos seus funcionários, daí resultando na menor movimentação por Paranaguá. O Conselheiro João Gilberto Cominese Freire fez ainda considerações a respeito do Relatório Gerencial da APPA que, na sua opinião, são apenas dados estatísticos sem a característica de um Relatório e que ele deve ser mais informativo. O Conselheiro Carlos Roberto Frísoli reportou-se aos arrendamentos dizendo que os Contratos encontram-se na Secretaria do CAP à disposição do Conselho. Em seguida manifestou sua contrariedade quanto a Pré-Qualificação da empresa ALL como Operador Portuário. Por sugestão do Conselheiro foi aprovado que o assunto seja encaminhado a Comissão de Operações Portuárias para manifestação. **Relatório das Comissões Permanentes: Comissão dos Fundos de Investimentos** - O Sr. Presidente passou a palavra ao Conselheiro e Relator, José Silvio Gori, e este informou não ter se reunido com a Comissão, mas que fez um Relatório, que se encontra no CAP à disposição dos Conselheiros, que apresentou a seguinte situação: FUNSILO, saldo R\$ 3.547.000,00. Desse valor R\$ 1.700.000,00 estão comprometidos com obras já contratadas e R\$2.500.000,00 em processo de licitação. INFRAPORT, saldo R\$2.077.000,00. Foram contratadas obras no valor de R\$ 2.500.000,00 em processo de licitação, INFRAPORT, saldo R\$ 2.077.000,00. Foram contratadas obras no valor de R\$ 2.800.000,00. Em ambos os casos existem déficits e estes serão cobertos nos próximos meses com a movimentação de cargas. O Conselheiro Osiris Stenghel Guimarães, após a apresentação dos números e dos déficits solicitou a marcação de uma reunião da Comissão a fim de adequar os valores ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e, nesse caso, licitar apenas as obras mais



urgentes, cuja disponibilidade de recursos cubram os valores licitados. Comissão de Resíduos e Zoonoses. O Sr. Presidente, em seguida, passou a palavra ao Conselheiro Airton Galinari que disse ter feito reuniões com os setores envolvidos, como a Saúde Pública, a Prefeitura, a ANVISA, a APPA, etc. e informou que está sendo adquirido veneno para aplicar a partir do porto até as proximidades das residências, e que várias empresas têm contrato de combate e as que não têm não conseguirão na Prefeitura o Atestado Sanitário; que o combate se faz com a eliminação de ninhos e aplicação de venenos. Na sua avaliação a infestação de pombos é muito grande e que espera autorização do IBAMA para seu extermínio. Foi comentado pela Saúde Pública que existem instalações e prédios que servem de dormitórios e ninhos de criação. Disse, ainda, que onde houver lagoa e água parada haverá combate aos pernilongos. Em seguida informou que a ANVISA deve colocar em vigor a RDC 217 que é uma norma que multa quem não tiver o Plano de Gerenciamento de Resíduos. O Conselheiro e Relator da Comissão defendeu que cada empresa tem de ter seu Plano para o controle de ratos e pombos e que se tenha prazos para esse combate, porque sem isso a ação se tornará ineficaz. Por outro lado sustenta que esse combate tem um custo bem acessível. Disse, ainda, que os Ministérios da Agricultura e Saúde têm reunião marcada para verificar quem não está fazendo sua parte, e quem não estiver cumprindo corre o risco de ter sua operação impedida. O Conselheiro lembrou, ainda, que a ALL - América Latina Logística, contribui com a situação pois ao longo dos trilhos cresce o mato onde caem os grãos, e esse mato e a sujeira criam condições para a proliferação de ratos e pombos. Disse que irá em Curitiba conversar diretamente com o pessoal da ALL a fim de buscar a solução do problema. O Conselheiro Osiris Stenghel Guimarães solicitou que a Comissão relatasse a APPA a situação dos terrenos baldios e o que deve ser feito no silo vertical e nos horizontais. No encerramento de sua apresentação o Conselheiro Airton Galinari reportou-se ao trabalho do Senai e deixou a disposição do Conselho na Secretaria do CAP um demonstrativo da situação de cada empresa. O trabalho do Senai é visitar as empresas e apresentar o relatório. O Sr. Presidente disse, em complemento, que, se a Comissão encarregada da questão dos resíduos e zoonoses tiver alguma dificuldade o CAP convidaria o Coordenador do PROHAGE para ajudar no mistér.

Comissão de Acompanhamento de Dragagem - O Conselheiro Carlos Roberto Frisoli disse que não há muito o que dizer sobre a dragagem e que o Relatório que apresenta um saldo de R\$3.600.000,00 está à disposição do Conselho. Depois sugeriu a inclusão do Conselheiro Adriano Gustavo Vidal na Comissão de Dragagem considerando seu conhecimento e condições técnicas. Depois referiu-se a visita que a Comissão irá fazer ao INPH para conhecer os melhores caminhos e o que precisa ser feito em Paranaguá, inclusive, a questão dessa derrocagem que atrapalha o trabalho da Praticagem, ainda sem solução. Os estudos existentes não são consistentes. O IBAMA não aprova a explosão da pedra e a solução da derrocagem da pedra deverá ser por expansão. Isso será visto quando da visita no INPH. O Conselheiro João Gilberto Cominese Freire referiu-se ao Seguro dos Operadores Portuários e o Conselheiro e Superintendente Osiris Stenghel Guimarães se comprometeu verificar.

Comissões Permanentes Em seguida o Sr. Presidente referiu-se a situação das Comissões Permanentes e a necessidade de recompô-las diante da atual realidade do CAP, com a mudança ocorrida nos diversos Blocos. Depois das diversas indicações, **foi aprovada**

Presidente : Pedro Tkotz Neto
Secretário Executivo : Ivany Marés da Costa
Endereço : R. Antonio Pereira, 161 CEP 83.221.830 - Paranaguá - PR.
Telefax (041) 420-1350 E-mail: capgeua@pr.gov.br

**Conselho de Autoridade Portuária
dos Portos de Paranaguá e Antonina**

a nova composição das Comissões Permanentes, cujo quadro demonstrativo se integra a presente ata conforme anexo. O Sr. Presidente em seguida passou a palavra ao Conselheiro Armando Ribeiro Moreira que fez referência a ANTAQ e suas inúmeras atribuições relacionadas aos portos nacionais, mas, ainda em fase de implantação. Aludiu a extinção do DNER substituído que foi pelo DENIT. Na sua opinião a transição vai ser um pouco demorada em vista as dificuldades que a mudança trouxe. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente agradeceu a presença dos Conselheiros, tendo eu Ivany Marés da Costa, lavrado a presente Ata que segue assinada por mim, pelo Sr. Presidente PEDRO TKOTZ NETO e pelos conselheiros presentes.

